

Caminhadas, Nomes e Juventudes: Indiciando Hegemonias e Resistências em Pequenas Cidades no Nordeste do Brasil¹

Walks, Names and Youths: Indicating Hegemony and Resistance in Small Towns in Northeastern of Brazil

Eduardo Gomes Machadoⁱ

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Redenção, Brasil

Regina Balbino da Silvaⁱⁱ

Universidade Federal do Ceará
Fortaleza, Brasil

Maria Valdelia Carlos Chagas de Freitasⁱⁱⁱ

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Redenção, Brasil

Resumo: O artigo indicia hegemonias e resistências em pequenas cidades no Nordeste brasileiro, analisando o caminhar na franja urbana que separa/vincula as cidades Redenção e Acarape, na Região do Maciço de Baturité, no estado do Ceará, os nomes das cidades e a emergência de novas juventudes e conflitos no cotidiano urbano. Buscamos assim revelar indícios do urbano hegemônico, assim como resistências e práticas alternativas na produção social do espaço urbano. A implantação da UNILAB em Redenção e em Acarape, em 2011, incorporou ao cotidiano urbano, em larga escala, uma população residente jovem, negra, indígena, africana, quilombola e feminina que, *a priori*, não se encontra inserida na cidade hegemônica e, mais do que isso, tensiona as espacialidades e as práticas hegemônicas da/na cidade. O percurso metodológico trilhado originou-se de pesquisas que mobilizaram dados secundários e geraram dados primários, através de análise documental, entrevistas, questionários e observação de campo de caráter etnográfico.

Palavras-chave: Juventudes; Urbano; Estudantes; Pequenas Cidades.

ⁱ Professor Associado – Instituto de Humanidades. Colaborador – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UECE. Coordenador Grupo Diálogos Urbanos. eduardomachado@unilab.edu.br. <https://orcid.org/0000-0002-9321-6745>

ⁱⁱ Mestre em Geografia. Pesquisadora do Depto. de Geografia. Colaboradora do Núcleo de Fortaleza do Observatório das Metrôpole e do Grupo Diálogos Urbanos de Extensão e Pesquisa Interdisciplinares da UNILAB. reginabalbino2011@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-8503-3802>

ⁱⁱⁱ Licenciada em História e Discente em Licenciatura em Sociologia. Colaboradora Grupo Diálogos Urbanos de Extensão e Pesquisa Interdisciplinares. valdelia@aluno.unilab.edu.br. <http://orcid.org/0000-0002-6855-8030>

Abstract: This article treats hegemony and resistance in the small cities of Redenção and Acarape, located in the Baturité Mountains of Ceará State. These processes are illustrated in walks undertaken in the urban fringe of the two cities, in analyzing the meaning of town names and in investigating the emergence of new types of youth who experience conflicts in everyday city life. Urban hegemony, resistance and alternative practices in the social production of the urban space were provoked by the creation of UNILAB University in Redenção and Acarape in 2011. This campus introduced a large number of new social actors, many of whom were young people, black, indigene and female. The new actors did not fit into the hegemonic city and indeed created tensions in local spatial and hegemonic practices. Methods used involved primary and secondary data from document analysis, interviews, questionnaires and ethnographic observation.

Keywords: Youth; Urban Hegemony and Resistance; Students; Small Cities.

Introdução

Redenção e Acarape são pequenas cidades interioranas do Nordeste brasileiro, vizinhas e praticamente conurbadas, situadas a aproximadamente 60 km da capital do estado do Ceará. Redenção, particularmente, é reconhecida por ter sido a primeira cidade no Brasil a libertar todos os escravizados, no século XIX, tendo, por isso, recebido seu nome atual. Essa historicidade também constituiu um argumento para legitimar a implantação de uma universidade federal pública em Redenção, e na cidade vizinha, Acarape, a partir de 2011, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)². Nesse contexto, a cidade é marcada por monumentos e museus que fazem referência a esse fato histórico, como: o Busto da Princesa, em homenagem à Princesa Isabel; o Monumento Vicente Mulato, que retrata o último escravizado a ser vendido na localidade; o Obelisco, na Praça de mesmo nome; e o Monumento “A Escrava” (popularmente conhecido como Negra Nua); além dos museus “Senzala Negro Libertado” e “Histórico e Memorial da Liberdade”³.

A distância, tratam-se de cidades comuns. Mas o que se inscreve nesse comum? Há modos de produção do espaço urbano, espacialidades, práticas e formas de vida urbana que conformam uma cidade hegemônica? E o que se oculta para além desse comum naturalizado, dessa cidade monumentalizada? Há modos de produção do espaço urbano, espacialidades e práticas urbanas subalternas, com viés de alternativa e/ou resistência às hegemônicas?

De Certeau (1998, p. 171) remete à cidade que se impõe hegemônica como “cidade panorama”, entendida como visão a distância, revelando um simulacro narcísico, um quadro citadino que requer a naturalização do olhar a distância e “que tem como condição de possibilidade um esquecimento e um desconhecimento das práticas”, com a exclusão do “obscuro entrelaçamento dos comportamentos do dia-a-dia [sic]”. Trata-se de uma cidade monumentalizada, marcada por uma religiosidade católica conservadora, que dá visibilidade a certos agentes, práticas, lugares e objetos nos espaços urbanos, e, ao mesmo tempo, oculta, dissimula e invisibiliza outros, particularmente vinculados às heranças indígenas/africanas.

Com essa compreensão, torna-se relevante a reflexão feita por Ginzburg (1989, p. 143), quando se refere ao paradigma indiciário, enfatizando “os pormenores mais negligenciáveis” que compõem o fenômeno sob investigação (GINZBURG, 1989, p. 144), evidenciando um “método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores”, ou, dito de outra forma, sobre os “pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais, ‘baixos’” (GINZBURG 1989, p. 149-150). Entende-se, desse modo, que “a partir de dados aparentemente negligenciáveis” seria possível “remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente” (GINZBURG, 1989, p. 152).

Dialogamos com as questões indicadas anteriormente, gerando indícios a partir de três vetores: (1) o caminhar em uma franja urbana que separa/vincula as cidades de Redenção e Acarape; (2) os significados que se mostram e ocultam nos nomes das cidades; (3) a presença de novas juventudes no cotidiano urbano, evidenciando um conjunto de conflitos urbanos emergentes, exercitando diálogos entre uma geo-história urbana de longa duração e uma sociologia do cotidiano, buscamos revelar indícios da cidade que se faz hegemônica, mas também do que se constitui e efetiva para além dela, mesmo de modo latente, subalterno e efêmero. Nos marcos de uma geografia das ausências e das emergências, que busca uma “abertura às problemáticas e aos sujeitos sociais que estavam/estão invisibilizados” (PAULA, 2019, p. 96), refletimos sobre como agentes urbanos subalternos efetivam práticas invisíveis e não consideradas politicamente, as quais destoam, se contrapõem e geram alternativas à cidade hegemônica.

Dessa forma, o trabalho possui como objetivo central apresentar e discutir a construção e estruturação socioespacial, histórica, das duas pequenas cidades, culminando na emergência de juventudes urbana e politicamente ativas. Nesse contexto, indicamos elementos que denotam um urbano que se faz hegemônico, nas cidades, e também discutimos potencialidades e desafios associados à quebra desses paradigmas e à presença de novos agentes produtores do espaço.

Os dados e as análises originam-se de pesquisas que mobilizam dados secundários e geram dados primários através de análise documental, entrevistas, questionários, *sketches* e observação de campo de caráter etnográfico.

Além desta introdução, o artigo estrutura-se em três tópicos e nas considerações finais. O primeiro, denominado “O caminhar em uma franja interurbana”, aborda a caracterização dos dois municípios evidenciando a conexão entre eles, além da constituição da franja interurbana com seus usos e contra-usos. O segundo, intitulado “Entre enigmas e nomes, desnaturalizando o familiar”, discorre sobre a territorialização e des-territorialização, envolvendo agentes significativos para as duas cidades, assim como a historicidade que modelou o espaço urbano. O último tópico, “Juventudes e conflitos no cotidiano urbano”, dialoga a partir dos novos moradores, que foram inseridos no contexto dessas duas cidades e os conflitos vivenciados por eles. Esses novos agentes se inserem de forma a ter que romper barreiras e disputar espaço numa estrutura social arcaica marcada pelos resquícios coloniais. Por fim, nas considerações finais, intitulada “Entre ausências e emergências”, destaca-se a necessidade de se debater a invisibilidades das juventudes emergentes e a urgência de ações para combater os conflitos experienciados por elas.

O Caminhar em uma Franja Interurbana

Redenção e Acarape (Figura 1) pertenciam ao mesmo município⁴. Acarape compunha uma área periférica da cidade de Redenção, até ocorrer a emancipação, em 1987. Torna-se uma cidade, autônoma, embora com relações complexas entre as duas urbes. De todo modo, as duas cidades carecem de espaços e equipamentos públicos que permitam aos moradores e visitantes efetivarem atividades de esporte, lazer, arte e cultura. Ainda mais se considerarmos que milhares de novos moradores passaram a residir nas duas cidades. A Figura 2 mostra a entrada do *Campus* da Liberdade em um dia comum.

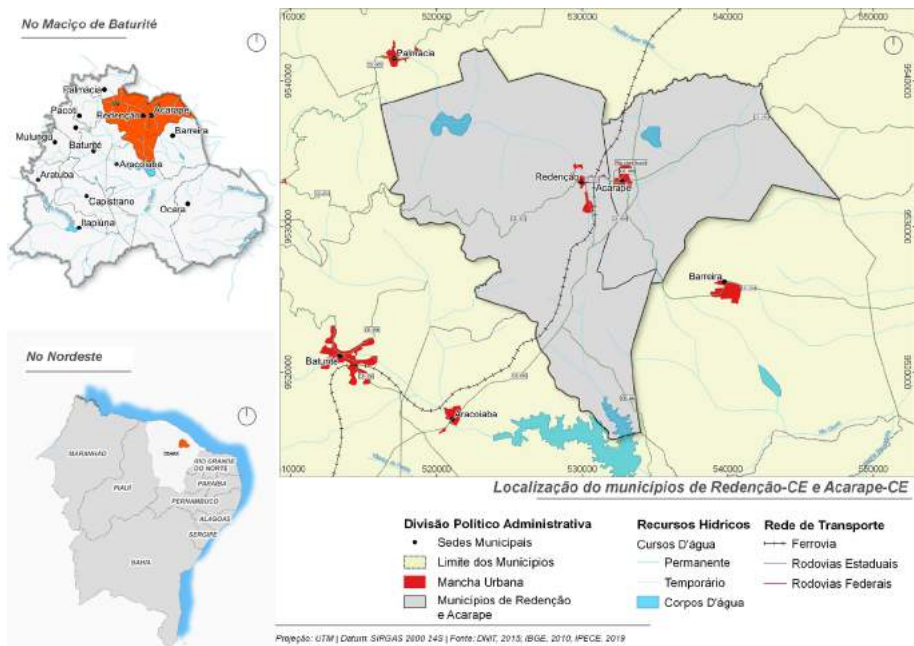


Figura 1 – Localização dos municípios de Redenção e Acarape. Elaborado pelos autores.



Figura 2 – Parada de ônibus em frente ao Campus Liberdade – UNILAB – Redenção.
Fonte: DIAS (2019).

Redenção e Acarape são interligadas pela Rodovia Estadual CE-060, que se torna Avenida da Abolição ao adentrar Redenção, evidenciando um percurso em torno de 3 km (Figura 3), marcado por edificações industriais, postos de gasolina, uma escola profissionalizante e uma de ensino médio, um conjunto habitacional, com algumas dezenas de casas, vazios urbanos, uma fazenda com usina de produção de cachaça, além de dois *campi* da UNILAB: Auroras e Liberdade.



Figura 3 – Rodovia Estadual CE-060/Av. da Abolição que interliga Redenção e Acarape.
Fonte: Google Earth (2020).

Considerando a Rodovia e a Avenida, a franja é formalmente destinada aos veículos automotores, caminhões, ônibus, carros e motos que circulam, pouco considerando os pedestres. Todavia, essa rota, marcada por grandes acostamentos, é, ao final da tarde e início da noite, apropriada, ocupada e usada, aos poucos, por centenas de pessoas que caminham, circulam, movimentam-se, insistem em ocupar esses espaços, tornando essa franja urbana um lugar de passagem pedestre, dotando-o de acessos e usos não previamente demarcados, transcendendo e transgredindo o relevo, a norma e a materialidade urbana hegemônica. Mais do que isso, em diferentes momentos do dia, essa franja é utilizada como local de passagem por várias pessoas, revelando que o deslocamento de pedestres é bastante intenso nas cidades. Se nos referirmos especificamente aos estudantes da UNILAB, a maioria tem o caminhar pedestre como o meio mais usado em seus deslocamentos urbanos cotidianos, considerando-se inclusive que não há ônibus urbano nas duas cidades⁵.

No primeiro semestre de 2019, os grandes acostamentos são apropriados por caminhantes, por corredores, por pessoas fazendo atividades físicas ou apenas se deslocando, em diversas horas do dia, revelando variados deslocamentos, interligando o conjunto habitacional, os *campi* e as cidades. São centenas de pessoas circulando, rápida ou lentamente, escutando músicas, conversando entre si, com roupas diversas, algumas sorriem, flertam, divertem-se. Outras, a depender da hora do dia, sofrem com o calor, o sol escaldante. Não é possível falar em uma pavimentação adequada, em uma urbanização que acolha e dê segurança aos pedestres. Ao contrário, há buracos aqui e acolá, desníveis, o gotejar da água durante o inverno, a recriar sulcos, veredas, poças e buracos. Pequenas árvores, arbustos e gramíneas insinuam-se no concreto e no asfalto.

A natureza insiste em se rebelar, em transcender os limites estreitos a que é submetida, a que é reduzida, a que é relegada, desconsiderada em seu estatuto, em sua nobreza, em sua força, em seu esplendor. Do mesmo modo, os caminhantes evidenciam-se enquanto agentes urbanos a refazer a cidade de outros modos, a reconstituir a forma e a dinâmica urbana, ao recriar a ocupação, o acesso e o uso de uma parcela da terra urbana entre cidades. São pessoas tão diferentes, tantas cores e vestimentas pincelam o horizonte, intuindo-se certa cumplicidade entre os pedestres, evidenciando-se uma “indisciplina do cotidiano” urbano, nesse refazer dos caminhos entre as duas cidades, recriando paisagens, constâncias e rotinas (PAIS, 2015, p. 54). A cada dia, parece recriar-se uma paisagem fugidia, nos interstícios e frestas do entre-cidades, nas brechas, no que não foi planejado ou intuído, no que não é norma e função urbana previamente estabelecida (PAIS, 2015). Nessa paisagem, episódios se repetem, e, ao cair da tarde, no lusco fusco desse tempo, as luminosidades revelam lâminas diversas de paisagens bruscamente irrequietas, mais despertas ainda entre o dia e a noite, entre o que se vê e o que pouco a pouco anoitece, tal qual indica Pais (2015, p. 54), conformando “reflexos, transparências, variações de tons segundo mudanças da luminosidade do dia”.

A cidade é a passagem, a cidade é o movimento, a cidade é o caminho que se recria, através de rotas não preestabelecidas, mas que, apesar disso, detêm certa constância, e podem, inclusive, reativar memórias de longa duração, silenciadas, esquecidas, invisibilizadas (PAIS, 2015). Talvez certos agentes, ao refazerem o urbano atra-

vés de suas práticas cotidianas, potencialmente desloquem o que é visível e invisível, reativando sentidos historicamente desqualificados e tornados invisíveis, descartáveis ou ininteligíveis (SANTOS, 2002). E, assim, talvez esses percursos, marcados pelo caminhar das pessoas, possam se revelar enquanto “caminhos de encruzilhada entre a rotina e a ruptura”, evidenciando, nas cenas banais da vida cotidiana, regularidades/repetitividades e, ao mesmo tempo, ao considerarmos o caminho enquanto rota, a partir da etimologia da palavra, rupturas, acionando o cortar, o romper, o descontinuar (PAIS, 2015, p. 31-32). Romper, portanto, a segregação, a exclusão, o não existir, o não lugar, na cidade.

O fazer caminhos é um refazer das cidades. Os pedestres fazem a cidade de outras formas (AGIER, 2015), ao lidarem com a inexistência de espaços e políticas públicas urbanas que promovam condições adequadas ao esporte, lazer, convivência, interação, festa, arte e cultura (CEFAÏ, 2009). De Certeau (1998, p. 177) indica como o ato de caminhar, entendido enquanto uma enunciação, evidencia: (1) formas de apropriação do espaço; (2) modos de realização espacial do lugar; (3) a instituição de relações/vínculos entre diferentes posições e agentes. Desse modo, revela formas, mesmo que subalternas, de fazer a cidade, considerando-se que a “enunciação pedestre apresenta três características que de saída a distinguem do sistema espacial: o presente, o descontínuo, o ‘fático’”. Nesse sentido, focar as caminhadas permite perceber o cotidiano urbano como sendo marcado, ao mesmo tempo, por “aquilo que fixa as regularidades da vida social” e por “aquilo que a perturba” (PAIS, 2015, p. 81).

É possível falar, então, em linhas de visibilidade, enunciação, força e subjetivação a compor os espaços urbanos, desvelando dispositivos que ancoram modos de fazer “ver e falar”, ou “maneiras de sentir, perceber e dizer que conformam regiões de visibilidade e campos de dizibilidade” (KASTRUP; BARROS, 2009, p. 78). Desvelam-se “camadas de coisas e palavras”, considerando-se que a “realidade é feita de modos de iluminação e de regimes discursivos”, com “variações que não cessam de passar”, com a reinvenção continuada de “modos de existir” (KASTRUP; BARROS, 2009, p. 78). Assim, inscrevem-se nas cidades linhas de força, e, ao mesmo tempo, inclusive através de caminhadas não previstas nas formas e nas forças urbanas hegemônicas, linhas de fuga e de resistência.

É importante registrar que, ao final de 2019, a via que interliga as duas cidades foi “requalificada”, com recuperação asfáltica e ampliação das faixas de circulação de veículos, ocorrendo a redução, em alguns trechos até a inexistência, dos acostamentos anteriormente existentes. Durante algumas semanas, a sensação que se intuía era de perplexidade, de perda, de lamento, com os pedestres sumindo da rota ou reduzindo significativamente sua presença. Porém, aos poucos, retornam e reassumem posições, em movimento, através das caminhadas, dezenas, e logo centenas de pessoas, a cada dia, revelando fluxos reiterados de pedestres no entre-cidades. Agora com uma diferença, os riscos urbanos são bem maiores, posto que a “qualificação urbanística” beneficiou os veículos automotores, sem cuidado, sem diálogo e sem consideração com os pedestres, acabando, inclusive, com os grandes acostamentos. O resultado é que os pedestres agora caminham na própria via, em espaços onde veículos às vezes passam em alta velocidade, ampliando-se os riscos de atropelamento e outros acidentes.

Entre Enigmas e Nomes, Desnaturalizando o Familiar

Considerando essas questões, e a partir da caminhada, talvez caiba falar em um enigma que nos instiga, mobiliza e movimenta, posto que experienciamos a “impressão de reviver, em todas as suas circunstâncias, uma situação anteriormente vivida quando ela é efetivamente nova”, indiciando que é o “passado histórico que, muitas vezes, deita luz (claridade) à obscuridade dos enigmas” (PAIS, 2015, p. 63). Desse modo, compreende-se que o “presente é um produto histórico, ainda que escondido ou camuflado”, o que requer articular as temporalidades da cidade e suas práticas cotidianas ao processo de constituição e reprodução reiterada do urbano, através dos tempos. Isso remete, na perspectiva aqui assumida, ao diálogo entre uma sociologia do cotidiano e uma geo-história de longo curso, tematizando práticas e estruturas urbanas.

Nessa perspectiva, a investigação, para enfrentar o enigma, acompanha “procedimentos – multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos – que escapam à disciplina sem ficarem, mesmo assim, fora do campo onde se exerce”, articulando “uma teoria das práticas cotidianas do espaço vivido” capaz de tensionar “uma inquietante familiaridade da cidade” (DE CERTEAU, 1998, p. 175). Compreende-se que, no espaço urbano, se inscrevem e condensam escalas temporais e espaciais diversas, perceptíveis através das tramas finas das estruturas urbanas (BRAUDEL, 1965) de longa duração e das práticas cotidianas (PAIS, 2015) de interação face a face, cabendo “não pensar, unicamente, [sic] no tempo curto, não crer que só os atôres [sic] que sobressaem sejam os mais autênticos; há outros, e silenciosos” (BRAUDEL, 1965, p. 276).

Nesse sentido, o recriar de rotas por pedestres urbanos, na atualidade, nos interstícios da franja que vincula/separa Redenção e Acarape, remete às histórias e memórias indígenas locais, considerando-se o nome ancestral do lugar, Acarape. O enigma remete às beiras e entornos do Rio Pacoti, que arroteia as duas cidades, a espacialidades marcadas pela constante recriação de caminhos e rotas, através do caminhar indígena secular ali experienciado por várias gerações. Assim, remete à presença/ausência indígena no local e, mais especificamente, aos violentos processos de des-re-territorialização associados à presença europeia/branca na área, considerando-se particularmente a expropriação colonial das terras indígenas enquanto fato gerador e ponto de não retorno geo-histórico.

Cabe destacar, portanto, processos que instituíram estruturas de posse e propriedade da terra rural e urbana que atravessam os séculos e inscrevem-se nos espaços urbanos contemporâneos, em diferentes escalas – por exemplo, urbano-regional –, mas também na aglomeração urbana conformada pelas duas cidades e nos territórios intraurbanos de Redenção e Acarape. A Figura 4 destaca os territórios intraurbanos das duas cidades, a Rodovia CE-060 – que se torna Avenida da Abolição ao adentrar Redenção – e o Rio Pacoti, este em azul.

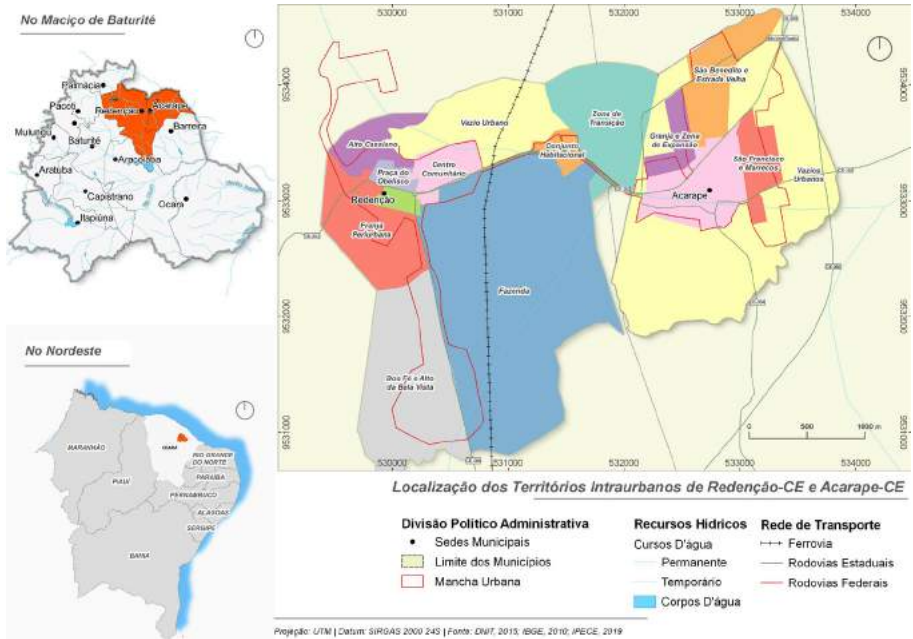


Figura 4 – Os territórios intraurbanos de Redenção e Acarape.
Elaborado pelos autores.

A colonização, particularmente ao envolver processos de des-re-territorialização, associou-se a três vetores significativos, entrelaçados: (1) a penetração capilarizada da Igreja Católica, muitas vezes “antecedendo o poder civil”, inclusive com “vários agentes religiosos” sendo “proprietários de sesmarias” ou estando “integrados em congregações beneficiadas com doações de terras” (JUCÁ NETO, 2012, p. 137); nesse sentido, o “território cearense foi pontuado por ermidas, capelas, aldeamentos” e missões, como foi o caso na região de Baturité (JUCÁ NETO, 2012, p. 137); (2) a instituição do poder civil, com destaque para a criação das vilas e conseqüente ordenamento urbano, inclusa a implantação de casas de câmara, praças, oficinas, cadeias e pelourinhos (JUCÁ NETO, 2012); (3) a concessão de sesmarias, efetivando violentos processos de expropriação territorial dos povos indígenas, com estabelecimento de hierarquias, poderes e valores com hegemonia dos agentes europeus/brancos, em detrimento dos povos originários e dos africanos escravizados.

De modo mais concreto, a ocupação colonial ocorreu através da concessão de sesmarias a partir de 1680, em articulação com as culturas da cana-de-açúcar na primeira metade do século XVIII, do algodão e, posteriormente, do café. Na área que atualmente compõe Redenção e Acarape “foi concedida a primeira sesmaria” em 1702 (BRASIL, 2010, p. 21). Os primeiros sesmeiros, originários de Pernambuco, introduziram a cultura da cana-de-açúcar a partir de 1740, quando também surgem as primeiras usinas de açúcar. A partir dos anos 1820, o café chega ao estado do Ceará e à região do Maciço

de Baturité (BRASIL, 2010). Também cabe indicar que a região é marcada pela “Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité”, que protege um remanescente de Mata Atlântica no Ceará – um bioma de floresta tropical –, sendo a primeira e mais extensa área de proteção ambiental, com 32.690 ha, criada no estado (CEARÁ, 2019).

Redenção, inicialmente, foi conhecida pelo nome *Acarape*, que vem do tupi *acarás*, agregando *acara pé*, e significando caminho dos acarás, caminho das garças ou canal dos peixes. Dessa forma, *Acarape* remete à ação de caminhar, em relação com a natureza; enquanto substância, substantivo, revela um lugar e, ao mesmo tempo, um lugar que se faz percurso, ou melhor, caminho ou rota. Trata-se de um registro, portanto, que remete à condição de presença indígena em relação com a natureza, vinculando lugar e rota, e à ação de perceber, relacionar-se, vivenciar, interagir, inserir-se, participar e fazer esses lugares e rotas. Não é difícil imaginar, séculos atrás, pessoas – indígenas – caminhando às margens do Rio Pacoti, utilizando o rio como demarcação, como vetor de deslocamento, como fronteira que separa e vincula ao mesmo tempo; considerando-se, inclusive, que as duas cidades situam-se em um vale, como permite perceber a Figura 5.

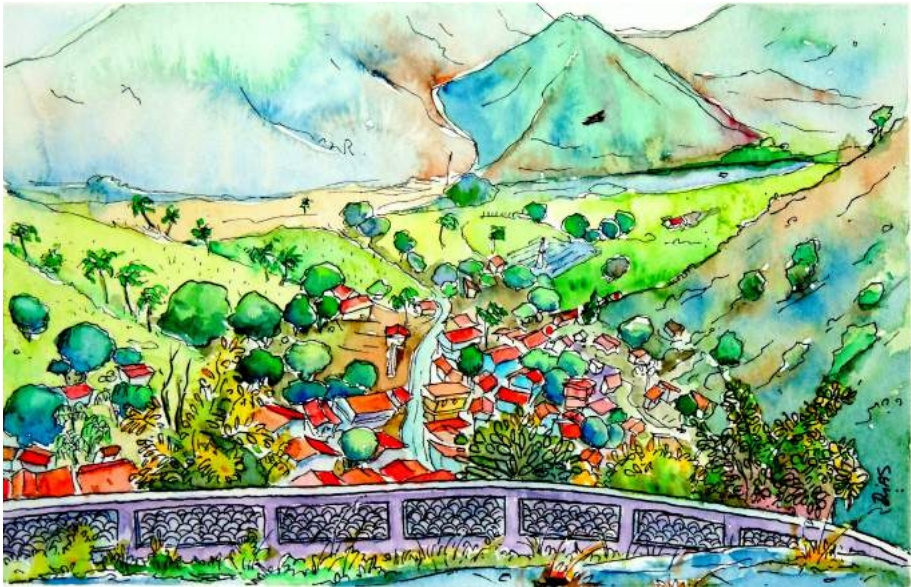


Figura 5 – Recorte da cidade de Redenção/CE, a partir da Serra do Cruzeiro, imagem da Nossa Senhora das Graças, 8 de agosto de 2019.

Fonte: DIAS (2019).

Nesse sentido, *Acarape* é o próprio “lugar-caminho”, revelando formas de apropriação do espaço, modos de realização espacial do lugar e relações/vínculos entre diferentes posições e agentes. Mais do que isso, continuamente reativado enquanto rota, desvela a tensão entre a permanência, o rotineiro, o estabelecido, e a ruptura, o corte, a descontinuidade. Marca simbólica indelével a este lugar que habitamos, embora uma

marca apagada, esquecida, desfeita em seus sentidos, em seus ensinamentos, em suas potencialidades. Renomeado o lugar, é apagado o Acará pé, ou melhor, realocado para posição periférica na aglomeração urbana, diante da redenção/libertação, esvaziado de sentido e de caráter, nos termos anteriormente indicados, os quais reproduziriam/reativariam a história e a memória indígena local.

Redenção foi fundada em 1868, quando se emancipou de Baturité, nomeada como Vila de Acarape. Denominou-se Redenção quando foi elevada à condição de cidade, ao ser a primeira localidade do Brasil a libertar os escravizados no ano de 1883. A localidade – então chamada Calaboca⁶ – passou a ser chamada de Acarape, tornando-se distrito de Redenção e posteriormente, em 1987, quando foi emancipada politicamente, município e cidade.

A ocupação colonial efetivou a expropriação em larga escala dos territórios indígenas (NASCIMENTO; SOUZA; CRUZ, 2010), promovendo uma concentração da propriedade fundiária e do capital que atravessa os séculos e interliga o rural e o urbano na região, estruturando espaços urbanos marcados por clivagens de classe, de raça, de etnia, de nacionalidade, de gênero e de sexualidade. As populações indígenas resistiram à ocupação colonial, cabendo considerar que a região “do Maciço de Baturité e ao redor das margens do Rio Acarape/Rio Pacoti era habitada por diversas etnias como Tapuia, Baturité, Potyguara, Jenipapo, Kanyndé, Choró e Quesito”, tendo sido alvo, a partir do século XVII, de várias “expedições militares e religiosas” (BASTOS, 2015, p. 70). Cabe registrar que:

[...] [as populações indígenas] inconformadas com a perda gradativa de suas terras, entraram em confronto direto com os colonos brancos, até mesmo fazendo alianças entre tribos. Esse ato provocou uma grande represália, por parte dos colonos, em atos violentos contra os silvícolas, o que ocasionou a morte de uma boa parte da população nativa (SANTOS et al., 2012, p. 1062).

Atualmente, ao se falar da região do Maciço de Baturité, destacam-se, no imaginário social, a aldeia Kanindé de Aratuba e a Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo, com respectivamente 641 e 560 habitantes (MACIEL; SOUSA; LIMA, 2016). A Aldeia e o Quilombo, com sua resistência e dignidade, são testemunhos dos povos indígenas e dos africanos escravizados na região, e seus descendentes. Mas, de modo geral, o que se experiencia na região é a sua ausência/invisibilidade, particularmente nas cidades, ou, mais propriamente, nos lugares onde hoje se situam as cidades de Redenção e Acarape. Se formos além da Aldeia e do Quilombo, os dados do IBGE (2010) indicam a presença de 28 pessoas indígenas no município de Redenção em 2010, com apenas cinco destas residindo na cidade-sede. Mais grave ainda é a ausência de pessoas autodeclaradas indígenas no município de Acarape (IBGE, 2010).

Considerando essas questões, cabe discutir o nome Redenção. O nome se associa aos verbos, e, portanto, às ações de resgatar, libertar, obter, conseguir, adquirir, proteger, salvar, redimir. A etimologia da palavra remete ao latim, “*redemptio*” que vem de “*redimere*”, em que “*emere*” significa “comprar, obter ou ganhar”, com a junção das palavras formando “recomprar” ou “reobter”, comprar de volta, obter novamente algo perdido.

Em grego, a palavra correspondente seria *“lutron”*, que significa resgate, preço de soltura ou preço de um resgate.

Há três vieses inscritos na condição ou substância, substantivo, que decorre da ação. O primeiro remete à ruptura com o passado, um redimir-se em relação ao passado que se efetiva anulando a condição anterior. Remete, portanto, à integração, com a emergência de uma nova condição, a ser mantida/defendida, requerendo, nesse caso, mesmo de modo não explícito, a perda ou apagamento das heranças indígena/africana, dissolvendo ou subalternizando, submetendo ao esquecimento e à invisibilidade essas memórias, histórias e pessoas. O segundo, remetendo à condição de escravização das pessoas africanas e seus descendentes, enquanto uma relação de opressão/alienação associa Redenção à libertação dessa condição. E, concomitantemente, mesmo de modo implícito e não intencional, remete os indígenas a outra camada de invisibilidade, posto que, ao não se inscreverem nessa condição escravizada, pelo menos nas historiografias hegemônicas, decorreria a não problematização de suas condições de expropriação, exploração e opressão colonial. O terceiro articula a condição de pecado/perdição à ação de libertação/remissão/perdão, compondo registros e imaginários hegemônicos de caráter religioso/cristão, com amplo destaque para artefatos, edificações, espacialidades e práticas que reforçam e dotam de visibilidade a Igreja Católica nas cidades e, particularmente, em Redenção; reativando continuamente uma religiosidade católica bastante marcada por tradições conservadoras, capazes de justificar, legitimar e recriar continuamente posturas hegemônicas situadas sob os signos do patriarcado, do machismo, da propriedade privada e do racismo.

Juventudes e Conflitos no Cotidiano Urbano

Redenção e Acarape são cidades marcadas por divisões, desigualdades e segregações relacionadas a clivagens de raça, etnia, gênero, sexualidade, nacionalidade, religião e classe social. Tendo isso em mente, avaliamos que a cidade hegemônica opera através de três vetores interligados, agenciando e afirmando: (1) a produção de espaços legítimos, racionalmente organizados, de modo a recalcar “todas as poluições físicas, mentais ou políticas que a comprometeriam”; o recalcar configurando espacialidades de modo a que agentes subalternos, seus lugares, objetos e práticas não tenham acesso, valor, autonomia (DE CERTEAU, 1998, p. 173); (2) a redução niveladora dos tempos, dos espaços, dos conhecimentos que normatizam e regulam os espaços urbanos, bloqueando as diversidades inscritas nas tradições, nas astúcias, nas opacidades cidadinas (DE CERTEAU, 1998); (3) um “sujeito universal” que oculta a diversidade de agentes sociais; no caso de Redenção, esse “sujeito universal” é percebido, representado e experienciado enquanto um agente masculino, branco, de origem local e proprietário, com a cidade sendo reduzida, de modo geral, a esse sujeito (DE CERTEAU, 1998, p. 173).

A cidade, assim, evidencia “imperativos e constrangimentos morais profundamente arraigados” (TURNER, 2008, p. 31). Mayol (2009, p. 46), referindo-se ao bairro enquanto lugar de proximidade ou vizinhança, permite pensar a pequena cidade de modo similar, entendendo como nela se institui:

[...] [uma] convenção coletiva tácita, não escrita, mas legível por todos os usuários através dos códigos da linguagem e do comportamento. Toda submissão a esses códigos, bem como toda transgressão, constitui imediatamente objeto de comentários: existe uma norma, e ela é mesmo bastante pesada para realizar o jogo da exclusão social em face dos “excêntricos”, as pessoas que “não são/fazem como todos nós”.

Há, portanto, toda uma dimensão cotidiana que se faz e refaz através de linhas e dispositivos que se tornam hegemônicos, constituindo reiteradamente – mesmo sob tensão – uma cidade hegemônica (DELEUZE, 1996). Enquanto cidade hegemônica, os diferentes espaços da cidade são concebidos e construídos a “partir de um número finito de propriedades estáveis, isoláveis e articuladas umas às outras”, combinando, de modo formal e informal, operações classificatórias e de gestão, redistribuição e eliminação (DE CERTEAU, 1998, p. 173). Porém, a cidade não se reduz a “um campo de operações programadas e controladas”, dela emergindo “as astúcias e as combinações de poderes sem identidade”, sem “transparência racional – impossíveis de gerir” (DE CERTEAU, 1998, p. 174). Por isso, De Certeau (1998, p. 175) destaca a importância de:

[...] analisar as práticas microbianas, singulares e plurais, que um sistema urbanístico deveria administrar ou suprimir e que sobrevivem a seu perecimento; seguir o pulular desses procedimentos que, muito longe de ser controlados ou eliminados pela administração panóptica, se reforçaram em uma proliferação ilegítimada, desenvolvidos e insinuados nas redes da vigilância, combinados segundo táticas ilegíveis mas estáveis a tal ponto que constituem regulações cotidianas e criatividade sub-reptícias que se ocultam somente graças aos dispositivos e aos discursos, hoje atravancados, da organização observadora.

Para De Certeau (1998, p. 172), transcendendo o “texto claro da cidade planejada e visível”, e escapando “às totalizações imaginárias do olhar, existe uma estranheza do cotidiano que não vem à superfície, ou cuja superfície é somente um limite avançado, um limite que se destaca sobre o visível”. Para experienciá-la, cabe “escapar ao espaço geográfico das construções visuais, panópticas ou teóricas, inscrevendo-se em práticas que remetem a outras ‘maneiras de fazer’, a outras espacialidades”.

Nesse sentido, é possível intuir que as práticas urbanas ordinárias de agentes subalternizados agenciam formas de produção do espaço urbano, capazes de instituir – mesmo de modo latente, minoritário, subalterno e efêmero – alternativas, contraposições e contraciclos às hegemônias urbanas. Foi o que indicamos através das caminhadas no entre cidades, mas também pensando em uma geo-história de média e longa duração, nas visibilidades/invisibilidades que podem ser problematizadas através dos nomes das cidades. Nesse momento, buscaremos essas práticas ordinárias que escapam à cidade hegemônica através da presença de juventudes e conflitos emergentes no cotidiano urbano.

A UNILAB tem a missão institucional de internacionalização, com foco nos países lusófonos africanos – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Prín-

cipe. Desse modo, além dos brasileiros, acolhe timorenses e africanos. A implantação da UNILAB incorporou ao cotidiano urbano uma população jovem, negra, indígena, africana, quilombola e feminina. Em 2020, a UNILAB possui 3.463 discentes brasileiros e 1.156 estrangeiros – 661 guineenses, 325 angolanos, 58 cabo-verdianos, 57 são-tomenses, 45 moçambicanos e 9 timorenses – na graduação presencial (UNILAB, 2019). Milhares de estudantes, a grande maioria originária de outros lugares e residentes nas duas cidades, inclusive centenas de discentes indígenas e quilombolas⁷. Parcela relevante dessas juventudes reside às margens das cidades, habita as periferias urbanas, considerando que as estruturas urbanas das cidades agregam centralidades e periferias como indica a Figura 6.

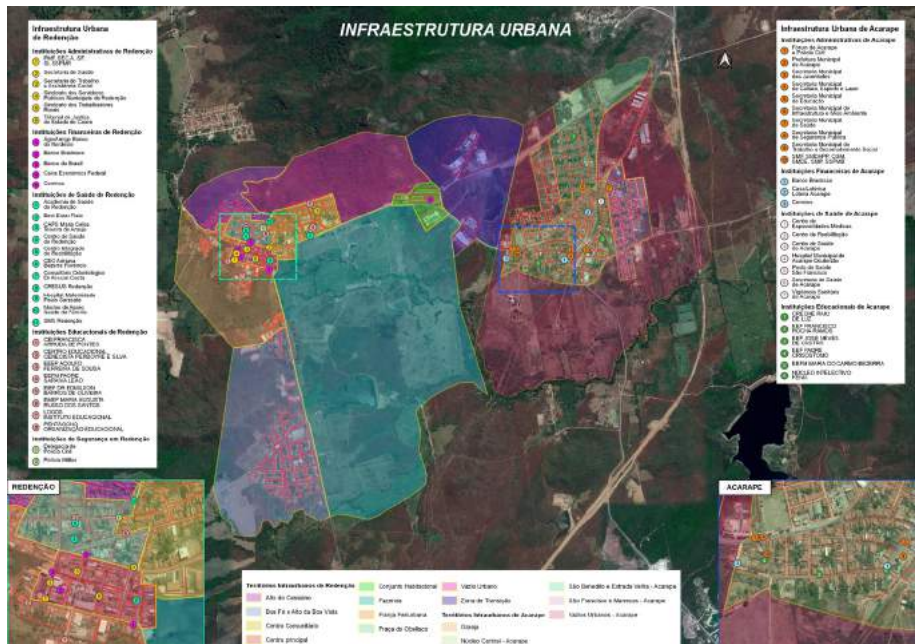


Figura 6 – Infraestrutura urbana de Redenção e Acarape. Elaborado pelos autores.

Redenção estrutura-se em: (1) duas centralidades, Centro Principal e Praça do Obelisco; (2) dois bairros agregados, Centro Comunitário e Conjunto Habitacional; (3) duas grandes periferias: ao Sul, Boa Fé/PROURB⁸ e Alto da Boa Vista; ao Norte, Alto do Cassiano; e (4) vazios urbanos, uma área de transição e duas áreas periurbanas, cabendo destacar a Franja Periurbana e a Fazenda (Figura 6)⁹. Em Acarape, como ilustrado na Figura 6, a estrutura urbana apresenta: (1) uma ampla porção de vazios urbanos, um bairro de transição e uma área de expansão; (2) um eixo central, que se apresenta mais como um vetor de estabilização e atração comercial do que como um centro econômico, político e simbólico bem delimitado material e imaterialmente; (3) duas periferias, São Benedito/Estrada Velha e São Francisco/Marrecos.

Nesse contexto urbano, como ecoam a presença e a circulação indígenas, negras, africanas, quilombolas, LGBTQI+ e femininas na cidade? Avalia-se que reativam e reposicionam dimensões simbólicas, presenças e ausências, silenciamentos, invisibilidades, através de práticas cotidianas, de ocupações de espaços públicos urbanos e espaços coletivos de uso comum e de caminhadas e deslocamentos variados. Nesse sentido, tensionam a cidade em seu passado e presente hegemônicos e em seus futuros possíveis. De um lado, um futuro que se repete através da monumentalização e de espacialidades e práticas que enquadram e delimitam normas, valores e práticas conservadoras/tradicionais, silenciando e invisibilizando heranças femininas, de não proprietários de terra e capital, de indígenas e africanos e seus descendentes, de mestiços e estrangeiros. De outro lado, observam-se e experienciam-se conflitos urbanos crescentes, vinculados às demandas juvenis por políticas e espaços que lhes permitam: (1) usufruir arte, cultura, esporte, lazer e festa; (2) enfrentar inseguranças e precariedades habitacionais/urbanas que os atingem de modo brutal (MACHADO et al., 2019).

Grande parcela desses conflitos adquire caráter mais propriamente urbano, envolvendo disputas pela ocupação, produção e uso de diferentes pedaços das urbes (MACHADO et al., 2019, p. 154). Dentre as situações e os episódios vivenciados, que evidenciam uma dimensão conflitante persistente, que se agravou, particularmente desde o segundo semestre de 2018, cabe destacar:

- i) Constantes críticas efetuadas por radialista à UNILAB e pessoas da instituição, com programa de ampla audiência, sediado em Redenção, mas com alcance na região, inclusive apresentando falas racistas e xenófobas.
- ii) Episódios de agressão verbal, moral e física, com caráter machista, misógino, racista, homofóbico e xenófobo, atingindo discentes da universidade em espaços públicos das cidades.
- iii) Assaltos, alguns com agressões físicas, e invasões a residências de universitários, inclusive com discentes feridos, alguns gravemente.
- iv) Críticas às ocupações criativas – realizadas particularmente na Praça do Obelisco, mobilizando diferentes linguagens artísticas, como teatro, poesia, dança e música – efetuadas por docentes e discentes da UNILAB e convidados; críticas efetuadas por grupos de moradores originários em Redenção, em alguns casos contando com apoio de segmentos policiais “encerrando a festa”, revelando que alguns lugares são ocupados/regulados seletivamente pelo Estado, inclusos a Praça do Obelisco e o Complexo da Abolição.
- v) Enquete efetuada por vereador de Acarape, instando a população a escolher entre a instalação de um novo *campus* da universidade ou uma indústria no município.
- vi) Os aluguéis entendidos como caros, com preços exorbitantes, aos quais os estudantes precisam se submeter, obrigando parcela significativa a morar em “repúblicas”; em alguns casos, com mais de cinco pessoas em cada unidade habitacional.
- vii) Assaltos na entrada/saída dos *campi* da UNILAB, particularmente em Palmares, à entrada da cidade de Acarape, onde se concentra a maioria dos cursos noturnos.

- viii) Tentativa de feminicídio ocorrida no interior do *campus* da universidade.
- ix) Denúncias de estupro envolvendo discentes da UNILAB.

Vários desses episódios e situações têm gerado reações significativas de parcelas das juventudes, evidenciando que, aos poucos, as juventudes emergem tensionando, questionando e/ou desnaturalizando desigualdades, segregações, violências e violações de direitos (MACHADO et al., 2019). Ao mesmo tempo, parcelas da população local se mobilizam para barrar essa presença juvenil autônoma nas centralidades urbanas de Redenção.¹⁰

Entre Ausências e Emergências

Ao discutirmos o caminhar em uma franja periurbana/interurbana, os nomes das cidades e a emergência das juventudes e de conflitos no cotidiano urbano, damos atenção ao que foi/é negligenciado (PAULA, 2019, p. 104) – nas hegemonias cidadinas e políticas, mas também acadêmicas. Buscamos, assim, indiciar estruturas e práticas que conformam as cidades hegemônicas, mas também “procedimentos – multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos – que escapam à disciplina sem ficarem, mesmo assim, fora do campo onde se exercem” (DE CERTEAU, 1998, p. 175). Trata-se de evidenciar o que se oculta para além de uma visibilidade que, mobilizando nomes, monumentos, espacialidades e práticas, reproduz esquecimentos, silenciamentos e desconhecimentos quanto a histórias, memórias e práticas ordinárias de agentes subalternizados (DE CERTEAU, 1998). Assim, consideramos que “as Geografias das Emergências expõem as realidades que estavam silenciadas, suprimidas e marginalizadas na produção de ausências no território”, com a “imaginação epistemológica proporciona a diversificação dos saberes, perspectivas e escalas de identificação, análise e avaliação das práticas” (PAULA, 2019, p. 104).

Os agentes subalternos, assim indiciados, e suas práticas urbanas, percebidas como triviais, reemergem através de uma geo-história de longa e média duração, de uma sociologia do cotidiano urbano, mas também de uma geografia das ausências e das emergências. Revelam, assim, agentes e potências de constituição de formas alternativas de produção social do espaço urbano e de vetores de afirmação do direito à cidade, mesmo de modo fragmentário, intuído, descontinuado e às margens urbanas. É possível, assim, falar em práticas que tensionam o urbano hegemônico, que constituem outras formas de ocupação, uso, acesso, regulação, produção e posse/propriedade de parcelas da terra urbana; ainda que essas práticas permaneçam invisíveis, não significativas e não legitimadas, se considerarmos a cidade hegemônica e os espaços hegemônicos de Poder Político.

Ainda assim, ganham relevância e reconstituem pública e politicamente a cidade – mesmo de modo parcial e minoritário. Nesse sentido, considerando que o urbano condensa várias escalas, inclusive temporais e espaciais, certos agentes e práticas cidadinas podem permitir indiciar ordenamentos urbanos marcados por conflitos e violências, mesmo invisibilizados e silenciados. Tratam-se de pequenas astúcias, de táticas urbanas que escapam, que transcendem, que tensionam a cidade hegemônica e que se tornam capazes de instituir questões públicas e políticas nas cidades em questão. Basta ver co-

mo emerge publicamente a necessidade de políticas, espaços e equipamentos públicos urbanos direcionados à arte, cultura, lazer e convivência cotidiana, se evidenciando como algo que precisa ser enfrentado politicamente. Desse modo, indícios podem revelar ausências, silêncios e invisibilidades, o que deixou de ser através das cidades, o que não é e o que não será, pelo menos nas espacialidades, práticas e narrativas hegemônicas.

Esses conflitos e violências se equacionam, ou melhor, se desconstroem, através da própria cidade. Nossa fortuna é que essa inscrição urbana – dos conflitos/violências, inclusas formas urbanas que com eles lidam – agrega, ao mesmo tempo, além das hegemônias consolidadas, resistências, mesmo subalternas e efêmeras. Desse modo, não se esquecendo de que, no cotidiano, se mesclam a rotina e a ruptura (PAIS, 2015), os indícios revelados e as análises efetuadas, sugerindo interpretações e hipóteses analíticas que consideramos relevantes, indicam que estamos diante de urbanos/cidades em movimento e disputa.

Os conflitos evidenciam disputas pela produção, ocupação, uso, regulação, posse e propriedade do espaço urbano, evidenciando opressões, violências e violações de direitos que se inscrevem – material e imaterialmente – nas cidades, indiciadas pelas desigualdades e segregações socioespaciais. Nesse contexto, cabe questionar como essas dinâmicas urbanas caminharão, avaliando, inclusive, quais lugares e funções poderão ser ocupados pela Universidade, no que remete à conscientização e mudança socioespacial, em direção a um outro ecossistema urbano. De todo modo, notamos que essa estrutura rígida que a cidade hegemônica impõe tende a deixar a margem e invisibilizar os novos agentes, que agora dela fazem parte. Assim, a resistência e a luta por voz e por visibilidade emergem como necessárias, considerando que o espaço está em constante mutação e que novos agentes estão atuando nessa transformação. Nesse contexto, as análises evidenciam que qualquer conscientização remete, analiticamente, ao entrelaçamento entre o cotidiano urbano e a gênese e a evolução geo-histórica das cidades em uma escala temporal de média e longa duração.

Referências Bibliográficas

AGIER, M. Do direito à cidade ao fazer cidade: o antropólogo, a margem e o centro. *Maná*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.

BASTOS, A. P. P. A diáspora africana numa perspectiva geográfica, territorial e libertadora: da África ao Brasil (a liberdade em Redenção). *Cadernos de Geografia*, Coimbra, n. 34, p. 65-72, 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Cidadania Maciço do Baturité*. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2010. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio132.pdf. Acesso em: 15 set. 2019.

BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a longa duração. *Revista da História*, v. 30, ano 16, p. 261-294, 1965.

CEARÁ. *Mata Atlântica: Ceará reduz desmatamento e mais uma vez fica em primeiro lugar*. 2019. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2019/05/27/mata-atlantica-ceara-reduzdesmatamento-e-mais-uma-vez-fica-em-primeiro-lugar/>. Acesso em: 15 set. 2019.

CEFAÏ, D. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social*, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DELEUZE, G. *O mistério de Ariana*. Lisboa: Vegas, 1996.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Tabela 3175: População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade*. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3175>. Acesso em: 15 set. 2019.

KASTRUP, V.; BARROS, R. B. Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 76-91.

JUCÁ NETO, C. R. Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense: algumas notas. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 133-163, jan./jun. 2012.

MACIEL, T.; SOUZA, M.; LIMA, A. E. Comunidades Tradicionais: saberes e sabores dos indígenas de Aratuba aos quilombolas de Baturité-CE. *Conexões Ciência e Tecnologia*, Fortaleza, v. 10, n. 3, p. 63-70, nov. 2016.

MACHADO, E. G. et al. Cidades, juventudes e conflitos urbanos: questões teórico-empíricas a partir de Redenção e Acarape. *Estudos de Sociologia*, Recife, v. 1, n. 25, p. 139-172, 2019.

MATA, M. E. C. S. *Memórias do município de Acarape: histórias, lendas e "causos"*. Fortaleza: Premium, 2011.

MAYOL, P. Morar. In: CERTEAU, M. DE; GIARD, L.; MAYOL, P. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 37-114.

NASCIMENTO, F. R.; SOUZA, M. J. N.; CRUZ, M. L. B. Diagnóstico Socioeconômico da Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité – Ceará, *RA'EGA*, Curitiba, n. 20, p. 19-33, 2010.

PAIS, J. M. *Sociologia da vida cotidiana: teorias, métodos e estudos de caso*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2015.

PAULA, C. Q. Geografias das ausências e geografias das emergências. *Geosp: Espaço e Tempo* (Online), v. 23, n. 1, p. 95-111, abr. 2019.

SANTOS, B. S. Para uma sociedade das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 63, p. 237-280, 2002.

SANTOS, F. L. A.; MEDEIROS, E. M.; SOUZA, M. J. N. Contexto hidroclimático do enclave úmido do Maciço de Baturité do Ceará: potencialidades e limitações ao uso da terra. *Geonorte*, v. 2, n. 5, p. 1056-1065, 2012.

TURNER, V. *Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). *UNILAB em números*. 2019. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNTkzZjY2MWQ4NjMzNS00MjkzLWI4YTAtOGJjY2NmNjdmNzI1IiwidCI6IjkwMjlkZGZGNlWFmMTItNDJiZS04MDM3LTU4MzEzZTRkYzVkJkMSJ9>. Acesso em: 20 mar. 2020.

Recebido em: 30/03/2020

Aceito em: 22/07/2020

¹ Os autores registram e agradecem o apoio da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), da Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura (PROEX), da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Também agradecem aos pareceristas anônimos, pelas valiosas contribuições.

² As cidades de Acarape e Redenção pertenciam até 1987 ao mesmo município, tendo ocorrido nesse ano a emancipação do município que passou a se denominar Acarape.

³ Diários de Campo do Projeto Estudantes, direitos e territórios urbanos no Maciço de Baturité: uma experiência de territorialização e democratização na assistência estudantil da UNILAB, período de 2017 a 2019.

⁴ Barreira também compunha o mesmo município, emancipando-se também em 1987.

⁵ Há ônibus da universidade que interligam, gratuitamente, os três *campi* existentes no Ceará. Porém, as rotas desses ônibus vêm sendo reiteradamente reduzidas, com a exclusão de pontos anteriormente existentes nas duas cidades. Além disso, geralmente estão superlotados.

⁶ Quanto à origem do nome “Cala boca”, vide Mata (2011, p. 15-16).

⁷ Também cabe falar em 2.476 egressos – dentre graduação presencial e à distância – com 1.657 brasileiros e 819 estrangeiros.

⁸ Conjunto habitacional decorrente de projeto de desenvolvimento urbano do Estado do Ceará.

⁹ Diários de Campo do Projeto Estudantes, direitos e territórios urbanos no Maciço de Baturité: uma experiência de territorialização e democratização na assistência estudantil da UNILAB, período de 2017 a 2019.

¹⁰ Para avançar na compreensão desses conflitos urbanos, vide MACHADO et al. (2019).